

História:

Espaço Fecundo para Diálogos



Denise Pereira
Elizabeth Johansen
(Organizadoras)

Denise Pereira
Elizabeth Johansen
(Organizadoras)

História: Espaço Fecundo para Diálogos

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.ª Dr.ª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
H673	História [recurso eletrônico] : espaço fecundo para diálogos / Organizadoras Denise Pereira; Elizabeth Johansen. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-650-8 DOI 10.22533/at.ed.508192709 1. História – Filosofia. 2. Historiografia. 3. Historiadores. I.Pereira, Denise. II. Johansen, Elizabeth. CDD 907.2
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra *História: espaço fecundo para diálogos* oportuniza um olhar diferenciado ao campo da História. Perguntas recorrentes anteriormente como, a História é um campo com especialidades bem demarcadas ou, ao contrário, é tão múltipla que permite infinitas possibilidades de estudo da sociedade? Que “fontes históricas” os historiadores atuais têm acesso para problematizar a vida das sociedades de diferentes épocas? Essas questões, assim como outras, norteiam as discussões historiográficas contemporâneas e se fazem presentes nos diferentes artigos desse livro.

Ao apresentar métodos, aportes teóricos, objetos de estudo privilegiados e fontes históricas utilizadas evita-se delimitar o campo, mas propicia discutir as interconexões existentes entre as diferentes pesquisas divulgadas. Ao mesmo tempo, busca esclarecer as conexões possíveis entre História com outros campos do conhecimento como Sociologia, Antropologia, Geografia, Política, Educação, Religião, Literatura, Museologia, Arquitetura e Arte.

Estudar a sociedade por essa multiplicidade de perspectivas nos leva a constatar que a História é, cada vez mais, um exercício democrático que deve continuar ocupando o centro dos debates atuais.

Esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas reflexões.

Boa leitura!

Denise Pereira
Elizabeth Johansen

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
EM DEFESA DA OPÇÃO DECOLONIAL NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS: POR UM FUTURO QUE NÃO REPITA O PASSADO	
<i>Jaqueline Berdian de Oliveira</i> <i>André da Silva Pereira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5081927091	
CAPÍTULO 2	15
ENTRE A HISTÓRIA E A LITERATURA: A FRONTEIRA NO <i>CANTO GENERAL</i> DE PABLO NERUDA	
<i>Gabriel de Souza Fagundes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5081927092	
CAPÍTULO 3	27
ENTRE CONCESSÕES E TENSÕES: A RELAÇÃO ENTRE SENHORES E ESCRAVOS EM PALMAS/PR (1860-1888)	
<i>Maria Cláudia de Oliveira Martins</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5081927093	
CAPÍTULO 4	37
DISPUTAS DA MEMÓRIA: DAS FOSSAS ARDEATINAS À BOMBA NUCLEAR	
<i>Douglas Pastrello</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5081927094	
CAPÍTULO 5	47
HISTÓRIA, PASSADO E MEMÓRIA: LEITURAS E APROXIMAÇÕES	
<i>Dehon da Silva Cavalcante</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5081927095	
CAPÍTULO 6	58
NA DISPUTA DAS MEMÓRIAS: A CARACTERIZAÇÃO DOS OBJETIVOS DA LUTA ARMADA NA MEMÓRIA DE SEUS MILITANTES (1968 – 1972)	
<i>Vinícius de Oliveira Masseroni</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5081927096	
CAPÍTULO 7	74
INTRODUÇÃO À ABORDAGEM HISTÓRICO-EDUCACIONAL	
<i>Adelcio Machado dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5081927097	
CAPÍTULO 8	89
EDUCAÇÃO: MEMÓRIAS E HISTÓRIAS DAS EX-INTERNAS DO COLÉGIO IMACULADA CONCEIÇÃO DE MONTES CLAROS NO SÉCULO XX	
<i>Elizabete Barbosa Carneiro</i> <i>Filomena Luciene Cordeiro Reis</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5081927098	

CAPÍTULO 9	97
O SISTEMA DE PENSAMENTO NOS MANUAIS DE ENSINO DO SEMINÁRIO EPISCOPAL DE SÃO PAULO (SEC.XIX)	
<i>Patrícia Carla de Melo Martins</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5081927099	
CAPÍTULO 10	108
O ENTRELUGAR DO CAMPO ESTÉTICO MODA-ARTE: UM CONCEITO CONSTRUÍDO HISTORICAMENTE	
<i>Camila Carmona Dias</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270910	
CAPÍTULO 11	120
PATRIMÔNIOS RECONFIGURADOS: INTERVENÇÕES CONTEMPORÂNEAS EM EDIFÍCIOS HISTÓRICOS	
<i>Gerson Luís Trombetta</i>	
<i>Monique Villani</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270911	
CAPÍTULO 12	132
UM MUSEU EM DESENVOLVIMENTO: A EXPERIÊNCIA DO CENTRO CULTURAL CASTROLANDA – CASTRO (PR)	
<i>Maurício da Silva Selau</i>	
<i>João Paulo Corrêa</i>	
<i>Samara Hevelize Lima</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270912	
CAPÍTULO 13	145
MUSEU MUNICIPAL DE TRÊS ARROIOS A NARRATIVA DA HISTÓRIA NA EXPOSIÇÃO DE LONGA DURAÇÃO	
<i>Maurício da Silva Selau</i>	
<i>João Paulo Corrêa</i>	
<i>Fabíola Pezenatto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270913	
CAPÍTULO 14	157
REGISTROS FOTOGRÁFICOS DA HISTÓRIA DA MEDICINA	
<i>Ana Cláudia de Araújo Santos</i>	
<i>Daiane Silva Carvalho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270914	
CAPÍTULO 15	170
PROCESSOS CRIMES DE INFANTICÍDIO: DISPUTA PELA VERDADE, PODER E SUJEITOS	
<i>Paula Ribeiro Ciochetto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270915	

CAPÍTULO 16	180
A PRODUÇÃO DE VERDADES EM PROCESSOS CRIMINAIS DE VIOLÊNCIA CONTRA A VIDA: MALLET-PR 1913 A 1945	
<i>Júlio César Franco</i>	
<i>Hélio Sochodolak</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270916	
CAPÍTULO 17	200
RIQUEZA E SOCIEDADE NA COMARCA DE ARACAJU: UM ESTUDO SOBRE A DINÂMICA SOCIAL DA PRIMEIRA ELITE ARACAJUANA (1855-1889)	
<i>Bruna Morrana dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270917	
CAPÍTULO 18	211
SENSIBILIDADES DE UM ESPAÇO: SER UMA PRINCESA NA MODERNIZAÇÃO REPUBLICANA – FEIRA DE SANTANA 1940 A 1950	
<i>Cristiane Lima Santos Rocha</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270918	
CAPÍTULO 19	219
TRAFICO DE ESCRAVOS E FORMAÇÃO FAMILIAR NO TERMO DE SANTO ANTÔNIO DA BARRA – BA (1860-1888)	
<i>Célio Augusto de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270919	
CAPÍTULO 20	228
ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES HISTÓRICAS PARA O COMPLEXO TERRENO EVANGÉLICO BRASILEIRO	
<i>Maralice Maschio</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270920	
CAPÍTULO 21	241
“DITADURA NO AR”: UMA VISÃO SOBRE A DITADURA CIVIL MILITAR	
<i>Lucas Marques Vilhena Motta</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270921	
CAPÍTULO 22	254
A PROVÍNCIA EM PRINCÍPIO, A FRONTEIRA POR MEIO E O IMPÉRIO POR FIM: NETO E CANABARRO NA GUERRA DO PARAGUAI (1864-1865)	
<i>Cesar Augusto Barcellos Guazzelli</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270922	
CAPÍTULO 23	265
ANÁLISE ICONOGRÁFICA DAS AÇÕES CIVICO-SOCIAIS DO EXÉRCITO NA FRONTEIRA BRASIL/ARGENTINA NA DÉCADA DE 1970	
<i>Ronaldo Zatta</i>	
<i>Ismael Antônio Vannini</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270923	

CAPÍTULO 24	276
AS DOZE QUESTÕES FUNDAMENTAIS DE KARL DEUTSCH E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS ENTRE IRÃ E EUA APÓS A REVOLUÇÃO IRANIANA DE 1979	
<i>David Anderson Zanoni</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270924	
CAPÍTULO 25	291
CONTEXTO POLÍTICO JURÍDICO BRASILEIRO DA IMPLEMENTAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS NA FAZENDA ANNONI	
<i>Simone Lopes Dickel</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270925	
CAPÍTULO 26	308
DISPUTAS POLÍTICAS NA PRIMEIRA REPÚBLICA BRASILEIRA: A CHEFIA DE ARTHUR BERNARDES NO <i>CIDADE DA VIÇOSA</i>	
<i>Natália Fraga de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270926	
CAPÍTULO 27	318
CRIANÇA INDÍGENA NO BRASIL: O ESTADO DO CONHECIMENTO DA PRODUÇÃO ACADÊMICA NACIONAL	
<i>Epaminondas Reis Alves</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270927	
CAPÍTULO 28	326
A CAPOEIRA NOS SÉCULOS XIX E XX: DO PODER DISCIPLINAR AO SURGIMENTO DA SOCIEDADE REGULADORA	
<i>Jonatan dos Santos Silva</i>	
<i>Felipe Eduardo Ferreira Marta</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270928	
CAPÍTULO 29	337
A HISTÓRIA POLÍTICA APÓS 30 ANOS DA PUBLICAÇÃO ORGANIZADA POR RENÉ RÉMOND: POSSIBILIDADES ATUAIS DE PESQUISA TENDO COMO OBJETOS GETÚLIO VARGAS E LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA	
<i>Gabriel da Silva Ferreira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270929	
CAPÍTULO 30	349
A ELITE POLÍTICA DA BAHIA NO SÉCULO XIX: OS MEMBROS DO CONSELHO GERAL DE PROVÍNCIA (1828-1834)	
<i>Nora de Cassia Gomes de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270930	

CAPÍTULO 31	364
A ESTRUTURA FÍSICA DOS CENTROS DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO – CASES COMO INSTRUMENTO DAS (IM) POSSIBILIDADES DE FAVORECIMENTO DE MOBILIDADE DO DESENVOLVIMENTO PESSOAL E SOCIAL DOS ADOLESCENTES E JOVENS PRIVADOS DE LIBERDADE NO ESTADO DE PERNAMBUCO	
<i>Maria Lucia Cavalcante</i>	
<i>Maria da Conceição Barros Costa Lima</i>	
<i>Laís Cavalcanti de Sá Nogueira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270931	
CAPÍTULO 32	373
A FERRO E FOGO: SIMBOLOGIA NA MARCAÇÃO DO GADO NOS CAMPOS DE PALMAS: 1887 – 1938	
<i>Fabiana Mathias Roncatto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270932	
CAPÍTULO 33	384
A REINVENÇÃO DA NATUREZA: OS IMPACTOS DA INDÚSTRIA SUCROALCOOLEIRA EM GOIÁS	
<i>Rodrigo Jurucê Mattos Gonçalves</i>	
<i>Rayza Correa Alves Gonçalves</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270933	
CAPÍTULO 34	393
A IMPORTÂNCIA DO MUSEU ARQUEOLÓGICO E HISTÓRICO DE COXIM – MS COMO LINGUAGEM PEDAGÓGICA PARA O ENSINO DA HISTÓRIA LOCAL	
<i>Rosana Carla Gonçalves Gomes Cintra</i>	
<i>Douglas Proença de Santana</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270934	
SOBRE AS ORGANIZADORAS	403
ÍNDICE REMISSIVO	404

PATRIMÔNIOS RECONFIGURADOS: INTERVENÇÕES CONTEMPORÂNEAS EM EDIFÍCIOS HISTÓRICOS

Gerson Luís Trombetta

Programa de Pós-Graduação em História; Cursos de Graduação em Arquitetura, Filosofia e Música.

Universidade de Passo Fundo (UPF) - RS

E-mail: gersont@upf.br

Monique Villani

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História

Universidade de Passo Fundo - RS

E-mail: monique_villani@outlook.com

how they were developed, what the principles and its evolution. It also exposes some cases in which the integration of contemporary architecture with the historical building provided the continuity to the usage of these buildings, consequently providing the valorization of its patrimonial character.

KEYWORDS: Architecture, patrimony, intervention, culture.

RESUMO: O artigo examina questões teóricas sobre ações e intervenções realizadas em edificações históricas, compreendendo como eram desenvolvidas, quais eram os princípios e a sua evolução. Apresenta também alguns exemplos onde a integração da arquitetura contemporânea com a o edifício histórico proporcionou a continuidade do uso destas edificações, valorizando o seu caráter patrimonial.

PALAVRAS-CHAVE: Arquitetura, patrimônio, intervenção, cultura.

RECONFIGURED PATRIMONY: CONTEMPORARY INTERVENTIONS IN HISTORICAL BUILDINGS

ABSTRACT: The article examines theoretical subject about actions and interventions performed in historic buildings, understanding

1 | BREVE INTRODUÇÃO

O trabalho a seguir foi originalmente apresentado no IV Congresso Internacional História, Regiões e Fronteiras, realizado na Universidade de Passo Fundo (UFRGS), ocorrido em outubro de 2018. A versão que apresentamos agora traz modificações com relação à publicada nos anais do referido evento. É importante registrar também que o artigo é oriundo das investigações e debates realizados no projeto de pesquisa “Arte, sentido e história”, vinculado ao Núcleo de Estudos de Memória e Cultura (NEMEC) do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo.

A argumentação que apresentamos pretende analisar alguns exemplos de intervenções em edifícios históricos, avaliando

se houve preocupação com o histórico das edificações, quais as técnicas utilizadas e se as novas funções ali abrigadas prejudicam ou não a qualidade patrimonial. Na maioria dos casos as adaptações são indispensáveis para o imóvel comportar tal função, porém, muitas vezes as transformações se tornam irreversíveis, muitas devido ao descaso, falta de conhecimento dos usuários ou pela falta de execução de um projeto adequado.

A combinação entre o novo e o antigo pede sensibilidade para que haja integração entre ambos e a valorização desejada da edificação. O monumento arquitetônico, seja ele qual for, representa um manancial de histórias e situações herdadas repletas de conteúdos imprescindíveis.

2 | PRINCÍPIOS DE INTERVENÇÕES NOS BENS ARQUITETÔNICOS

Devido as alterações necessárias para atender seus usuários inúmeros edifícios históricos sofrem/sofreram modificações em suas características físicas para adequar-se a determinadas funções, na maioria dos casos alterações realizadas sem o devido planejamento embora seja esse o único motivo da sobrevivência destes imóveis, resistindo ao abandono e esquecimento.

A busca pela preservação das construções históricas vem tomando força desde a idade média e renascimento, onde os papas juntamente com alguns artistas iniciaram o processo de salvaguardar bens patrimoniais. Do mesmo modo, as civilizações romanas e gregas também reconstruíram edificações destruídas por batalhas ou pelo tempo, aplicando suas técnicas construtivas e particularidades, reutilizando-as (VAZ, 2009).

A readaptação, na maioria dos casos, porém, é a condição para sobrevivência do edifício quando sua função original desaparece ou quando as características de sua arquitetura já não mais satisfazem às necessidades e exigências da sociedade. A história da arquitetura é uma história de substituições e a maioria dos edifícios que sobreviveram às mudanças sociais corresponde àqueles que passaram por adaptações. Os demais foram substituídos ou abandonados (LYRA, 2006, p.56).

A reconstrução de edificações históricas por variados povos dificulta a identificação dos mesmos devido as variadas técnicas construtivas aplicadas, sem especificação de datas e responsáveis, criando uma miscigenação de cultura, isto é, muitas características indenitárias em um mesmo monumento. Apesar da destruição de inúmeras edificações, muitas foram adaptadas por novos grupos, ganhando novas atividades e usos, logo, prolongando a vida das mesmas, onde outras sem desenvolvimento algum, sofreram pelo desaparecimento (VAZ, 2009).

Em Roma, poucas edificações da Antiguidade não se arruinaram, mantendo-se razoavelmente íntegras, ao menos em seu exterior. A razão dessa sobrevivência reside no fato de terem sido adaptadas, ao longo de sua história, a usos diversos

Com a preservação dos monumentos ganhando valorização pela igreja e estado surgiram grandes nomes que defendiam teorias sobre a preservação e intervenção nas edificações, onde aplicavam suas teses e ideias. As linhas de pensamentos eram distintas, porém, com o mesmo objetivo, salvaguardar tudo que fosse considerado de importância histórica.

Enfim, a primeira norma de conduta ligada ao “como preservar” é manter o bem cultural, especialmente o edifício, em uso constante e sempre que possível satisfazendo a programas originais. Mas isso não é fácil. O grande problema é que os movimentos preservadores sempre já encontram as construções de interesse arruinadas, mutiladas, aviltadas por acréscimos espúrios, descaracterizadas e muitas vezes irrecuperáveis no seu aspecto documental (LEMOS, 1981, p. 69).

A intervenção variava de acordo com o pensamento defendido pelo intervencionista, onde a partir disto organizava e defendia suas teorias, técnicas e práticas. Outro fator relevante para tal ação era o estado em que o bem se encontrava, o uso pretendido e sua real importância arquitetônica e histórica para o local, onde através destes levantamentos se definiam e realizavam as operações.

Conforme Braga (2003), Viollet-le-Duc (1814-1879) foi um dos grandes nomes do restauro estilístico, pois tinha teorias que apoiavam a restituição da edificação, onde era importante utilizar técnicas e materiais mais atuais de construção alterando o projeto original se necessário. Por outro lado, de forma antagônica havia John Ruskin (1819-1900), defendia o anti-restauro e a conservação sobre a edificação, mas não a intervenção, onde a mesma possuía um período de vida que deveria ser respeitado.

Com linhas de pensamentos que ficavam entre Le-Duc e Ruskin, Camillo Boito (1836-1914) aprovava a preservação, mas se caso fosse preciso intervir, este deveria ser feito de uma forma suave, defendendo a percepção da diferença de estilos e técnicas entre o novo e o antigo. Com outros pensamentos surgiram ainda outros grandes nomes, como Alois Riegl, Gustavo Giovanonni, Cesare Brandi, Luca Beltrami, todos criando novos conceitos sobre como preservar, conservar e o modo de intervir, onde cada um defendia suas teses e as aplicava em suas obras.

Devido à necessidade de estabelecer regimentos sobre estes bens, criou-se as doutrinas internacionais, inicialmente na Europa mas que logo alastrou-se pelo mundo, havendo a busca por princípios de orientação de preservação e restauro do patrimônio arquitetônico, para que estes fossem realizados de forma padronizada e cautelosa por todos.

Segundo com Braga (2003), em 1931 criou-se a Carta de Atenas durante o Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, com objetivo principal de expressão

de cultura, valorização dos monumentos, técnicas e legislação de conservação, sendo um grande marco para o início dos princípios de preservação.

Somente em maio de 1964 instituiu-se a Carta de Veneza, onde foram reavaliados os critérios da Carta de Atenas, aprimorando-a. Conservação então definiu-se como manutenção permanente, com o entorno fazendo parte do monumento. Há o uso de técnicas modernas que devem ser reconhecidas, distinguindo as intervenções em todas as suas épocas, indiferente de seus estilos. Dentre anos outras iniciativas surgiram buscando a qualificação das restrições anteriores, foram criadas também, a Carta de Burra, Cracóvia, Conferência de Quito, Carta de Restauro, Carta de Florença, Carta de Washington, Recomendação de Paris, Carta do Patrimônio Industrial dentre outras, todas ações para aprimorar e englobar os temas relacionados.

3 | INTERVENÇÕES NO BRASIL

No Brasil, algumas iniciativas foram tomadas, legislações foram criadas sobre patrimônio, tombamentos, planos diretores, leis municipais e estaduais, mas ainda é pouco devido a grandiosidade de monumentos históricos que o país agrega, onde a maioria não possui proteção alguma, muitos deles lutando pela sobrevivência.

Os governos, especialmente os estaduais, têm que aquilatar a enorme responsabilidade que lhes pesa nos ombros, representada por importantíssimos centros históricos hoje à beira da descaracterização total graças, antes de tudo, à inoperância de meia dúzia de decisões ou providencias mais demagógicas ou políticas do que efetivamente práticas e sinceramente imaginadas como base em honesta avaliação do que realmente valem aqueles bens de interesse social (LEMONS, 1981, p. 104).

Conforme Lemos (1981), a preservação é preciso pois revela relações espaciais e intenções plásticas de uma técnica construtiva histórica e de uma arquitetura uniforme ou não, estando diretamente ligada ao espaço urbano e a população que ali habita sendo portanto, a identidade do local que assim ocasiona uma ligação entre os elementos.

A cidade é um acúmulo de vivências e de construções que se sobrepõem como camadas arqueológicas. Inexiste o núcleo histórico puro, e é certo que a cidade em que vivemos será o núcleo histórico do futuro. Se houver futuro – porque se a cidade que está sendo construída hoje tiver arquitetura e espaços públicos desprezíveis, a ponto de merecer ser demolida, as futuras gerações estarão desprovidas de memória e de identidade. Nessa condição, estarão, provavelmente, condenadas à barbárie (BONDUKI, 2010, p. 369).

Muitas destas edificações são tombadas ou possuem algum tipo de cuidado específico, tem alguma utilização nobre como prefeituras, museus, bibliotecas, mesmo não sendo este o histórico do uso, porém, que exige uma frequente manutenção, ocasionando conseqüentemente a preservação das mesmas.

O monumento arquitetônico, seja ele qual for, representa um manancial de histórias e situações herdadas repletas de conteúdos imprescindíveis. Qualquer projeto que se realize neste patrimônio deve reconhecer e refletir a responsabilidade e o respeito pela autenticidade do legado, propondo uma intervenção de continuidade adaptada, tirando partido das particularidades (muitas vezes exclusivas) de cada testemunho (VAZ, 2009).

Querer e saber “tombar” monumentos é uma coisa. Saber conservá-los fisicamente e restaurá-los é algo que se baseia em outros tipos de conhecimento. Isso requer uma prática específica e pessoas especializadas, os “arquitetos dos monumentos históricos”, que o século XIX precisou inventar (CHOAY, 2001, p. 149).

A intervenção em uma edificação que já tem uma identidade definida requer muita cautela, ainda mais quando se tratam de características arquitetônicas especiais que representam a cultura de povo ou um período histórico específico. A combinação entre elementos do novo e antigo exige muita sensibilidade e sutileza para que haja integração entre ambos, criando uma valorização ainda maior do monumento.

A introdução de melhorias estruturais e funcionais torna-se inevitável, e de certa forma desejável, para assegurar a sua conveniente utilização prática face às exigências contemporâneas, pressuposto base para garantir a sua manutenção. Do mesmo modo que, embora se admita a “suavidade” de uma intervenção deste tipo, muitas vezes recorrendo a técnicas e materiais tradicionais, existe uma eminente necessidade de assumir com convicção a própria inovação que caracteriza a nossa Era e o recurso a tecnologias e materiais que não existiam na altura. Deverá ser interiorizada esta “possibilidade”, não obrigatoriamente claro, mas retendo conscientemente que a nova intervenção deverá fazer parte da história (VAZ, 2009, p.137).

Muitas edificações históricas que não possuem um caráter extremamente importante para determinado local, não tem algum tipo de proteção institucional e não são de propriedade pública, são de cunho particular, onde os proprietários tem o total poder sobre o edifício, decidindo as intervenções que este sofrerá conforme as necessidades e utilidades, que na maioria dos casos não há relação ao antigo uso, passando por novas atividades. Muitas edificações que perderam sua função original não foram demolidas, mas sim reaproveitadas em algum novo uso para atender as necessidades atuais.

A maioria dos edifícios antigos deve sua longevidade ao fato de ter sido continuamente utilizada. Ao longo de sua história, porém, eles sofreram alterações para atender a novas funções, que, não raras vezes, resultaram na modificação de sua aparência. O que hoje conhecemos é, frequentemente, o resultado de sucessivas adaptações que possibilitaram sua sobrevivência (LYRA, 2006, p. 53).

Na maioria dos casos as adaptações são indispensáveis para comportar tal função, porém, muitas vezes as transformações se tornam irreversíveis, muitas devido ao descaso, falta de conhecimento dos usuários ou pela falta de execução

de um projeto adequado. Atualmente muitas destas intervenções causam uma descaracterização de certas edificações, através de alterações na sua arquitetura, estrutura e interior, perdendo parte de sua essência histórica e identidade.

Modernização: procedimento novo, que despreza de forma mais aberta o respeito que se deve ao patrimônio histórico, põe em jogo o mesmo desvio de atenção e a mesma transferência de valores pela inserção do presente no passado, mas sob a forma de um objeto construído, e não de um espetáculo. Modernizar não é, nesse caso, dar a impressão de novo, mas colocar no corpo dos velhos edifícios um implante regenerador (CHOAY, 2001, p. 217)

De acordo com Bonduki (2010), utilizar bens preservados para uso comum da sociedade como universidades, parques, habitação social, áreas de lazer, também é importante para que o patrimônio especificado seja considerado coletivo e não apenas de uso alheio, criando perspectivas de preservação com a população, fazendo com que haja a conscientização da importância dos mesmos.

A ideia subjacente a qualquer de uma destas “re-intervenções” é introduzir algo de novo, em menor ou maior grau. Sendo a *reabilitação* uma operação que pretende reintroduzir “vida” a um edifício desactivado ou devoluto, visando uma apropriação controlada, compatível e respeitadora do imóvel, adequada à herança cultural e ao ritual de espaços do objecto a reabilitar. Limita-se no fundo à introdução do mínimo indispensável ao novo uso, procurando com isso minimizar o impacto no significado cultural do lugar. Operações como a *reconversão* e a renovação, menos sensíveis aos aspectos da autenticidade física patente na matéria original, associam-se a intervenções mais profundas com muitas alterações e com a introdução de novos elementos (VAZ, 2009, p. 07).

Introduzir um novo uso a uma edificação requer muita sensibilidade do projetista, é necessário interferir com soluções tipológicas que não descaracterizem a mesma, devendo primeiramente estudá-la para depois intervi-la, buscando manter os valores que esta transmitiu e transmite perante toda sua história, sem comprometer sua identidade, mas sim valorizando-a. (VAZ, 2006)

4 | INTERVENÇÕES ATUAIS

Os critérios de intervenções nas edificações histórica vieram sofrendo adaptações com o tempo segundo Braga (2003). Outras iniciativas foram criadas com intensão de aprimorar estas práticas, adequando-se as necessidades da atualidade. Dentre as variadas possibilidades de se intervir em uma edificação há algumas mais utilizadas atualmente:

- Restauração: busca devolver ao bem suas características, sendo esta utilizada para imóveis de grande importância histórica;
- Conservação: nada mais é do que manter o bem em seu estado íntegro;

- **Anastilose:** há a reconstituição/recomposição de alguns fragmentos da obra para deixá-la mais completa;
- **Retrofit:** muito utilizados nos dias de hoje há a adaptação do espaço para novas atividades com atualização de instalações;
- **Rearquitetura:** adaptação ao novo uso, criação de um anexo contemporâneo que une-se ao antigo, havendo uma conexão entre ambos.

Em outras palavras, deve-se verificar se a nova função é condizente com as vocações daquela tipologia arquitetônica e, o mais importante, com a vocação daquele monumento. Embora reutilizações completamente diversas das funções originais tenham salvado do desaparecimento muitos monumentos, pode-se considerar que tais fatos foram excepcionais, possuindo cada tipo arquitetônico um leque finito de vocações de uso (LYRA, 2006, p. 57).

O próprio Brasil vem sendo ótimo exemplo no prolongamento da vida de algumas edificações históricas e na execução destas ideologias, pois possui vários edifícios que sofreram intervenções contemporâneas para sobreviver e que hoje são pontos de referência devido sua arquitetura, história e função recebendo muitos visitantes diariamente, muitos são museus, centros culturais e bibliotecas, com objetivos sociais voltados à população, garantido assim uma vida contínua, utilização, valorização e reconhecimento dos mesmos.

- **SESC Pompéia:** um grande modelo de intervenção que ocorreu em uma antiga fábrica de Tambores em São Paulo por Lina Bo Bardi, o estabelecimento foi construído em meados do século XIX e após anos de funcionamento veio por encerrar suas atividades. A ideia de reutilizar o ambiente ocorreu devido a arquiteta responsável descobrir que o local já era utilizado como meio social pela comunidade do entorno. Com o projeto pronto, logo iniciou-se a obra que teve início em 1977 e foi terminada em 1986. Houve então a intenção de manter a edificação existente da antiga fábrica assim como suas características iniciais e cada pavilhão passou a receber uma nova função, como administração, ateliês, restaurante, cozinha, oficinas, etc. Além disso, três novos blocos em formas prismáticas para uso esportivo foram realizados, interligados por passarelas em diferentes ângulos. Com uma área total de 23.571,00m², a obra é toda adaptada para receber seus visitantes, apresenta uma conexão de uma arquitetura brutalista e industrial sendo esta a identidade marcante do local (FLORES, MARQUES, 2014).



Figura 1 - SESC Pompéia – São Paulo

Fonte: Archdaily, Pedro Kok, Fernando Stankuns, Flickr Beatriz Marques, 2013.

- *Pinacoteca de São Paulo*: o edifício do Liceu de Artes e Ofícios foi projetado no final do século XIX em estilo neoclássico da época, porém nunca fora concluído, então em 1998 foram executadas as primeiras adaptações do edifício para receber a Pinacoteca. O arquiteto responsável Paulo Mendes da Rocha foi muito cauteloso em suas intervenções, teve como principal objetivo manter as características principais do edifício, como o tijolo aparente no interior e exterior, realizando apenas adaptações para melhorar os aspectos funcionais do local com aplicação de passarelas, rampas, escadas, coberturas, iluminação, pisos e demais elementos. A obra de 10.815,00 m² é um dos locais mais visitados de São Paulo por sua referência cultural e arquitetônica (ALMEIDA, 2012).



Figura 2 - Pinacoteca de São Paulo – São Paulo

Fonte: Archdaily, Nelson Kon, 2015.

- *Museu do Pão*: localizado em Ilópolis no Rio Grande do Sul é mais um exemplar onde demonstra que as intervenções são primordiais para dar seguimento à vida das edificações. O antigo moinho de farinha de milho que estava abandonado hoje é oficina de ensino para aprendizes locais e também museu, recebendo visitação de muitas pessoas anualmente. Possui uma área de 830,00m² e a intervenção foi realizada pelos arquitetos Francisco Fanucci e Marcelo Ferraz, finalizada no ano de 2007. O moinho construído em 1930 todo em madeira tem características arquitetônicas colonial italiana e para sua complementa o dois novos blocos foram criados em forma totalmente oposta, vidro, concreto e estrutura met lica, criando assim uma conexão entre ambas (FERRAZ, 2012).



Figura 3 - Museu do Pão – Ilópolis

Fonte: Archidaily, Nelson Kon, 2011.

Com os exemplos demonstrados pode-se observar que ambas edifica es estavam sofrendo com a “inutilidade”, falta de manuten o, descuido e intempéries do tempo, sendo apenas mausoléus ocupando o espaço e prestes a desaparecer em meio às constru es contemporâneas, embora representassem um manancial importante de cultura e identidade para seus devidos entornos. O Museu do Pão assim como a Pinacoteca de São Paulo já apresentavam-se historicamente importantes mas não possuíam o total reconhecimento, já o SESC Pompéia era visto apenas como uso industrial, que através das moderniza es e adapta es ambas obras ganharam uma nova vida e um novo uso, reconhecendo assim suas memórias e identidades, sendo que hoje são edifícios extremamente importantes para as cidades onde estão localizadas.

O uso destas interven es   essencial para dar segmento   vida destas e de outras tantas edifica es, para que prossigam sendo utilizadas tendo seu espaço perante o urbano, mesmo que o uso seja distinto do princípio. O cuidado com a escolha da interven o a ser realizada e a maneira de execu o   essencial para que não haja perda da identidade do edifício, sem que o novo se sobressaia ao

antigo, fazendo com que ambos se destaquem mas cada um em suas peculiaridades, preservando a história e valorizando ainda mais a cultura e arquitetura do local.

Por outro lado, um conhecimento adequado das técnicas construtivas empregadas em uma determinada edificação aliado ao conhecimento histórico sobre as mesmas e sobre os materiais de construção, é extremamente valioso para a datação desta obra e pode prestar importantes contribuições para a filiação da mesma (BRAGA, 2003, p.51).

Estas intervenções devem ser realizadas de forma elaborada, primeiramente pelo reconhecimento do bem arquitetônico, para que haja uma compreensão por completa do mesmo, como levantamentos históricos e arquitetônicos, após, vem a segunda fase, esta que é a intervenção propriamente dita, que deve ser realizada seguindo as normativas impostas e o projeto elaborado (VAZ, 2009).

Conforme Lyra (2006), cada edificação seja ela qual for, representa uma história em sua face, pertence a uma comunidade, família ou cidade na qual há uma identificação ali relacionada. Com o conhecimento da obra pela população e intervencionistas a prática de um novo uso no mesmo é facilitada onde há uma adaptação devida sua familiaridade com o local onde se encontra.

Todo o monumento constitui marco histórico na memória colectiva. Para ser considerado património, é porque lhe é reconhecido um certo e determinado valor intrinsecamente ligado à identidade e produto daquela nação. O *significado cultural* justifica o interesse comum e pode ser tão diverso como o valor artístico, científico, histórico, paisagístico, social ou técnico. A questão central reside na compreensão do seu contributo. Não se justifica mantê-lo por ele ser velho, antigo, diferente ou bonito, mas sim por ter alguma qualidade própria à sua autenticidade, testemunha do tempo em que foi construído e de todo o tempo que já venceu para chegar até nós (VAZ, 2009, p.b5).

Introduzir um novo uso há uma edificação é mais que dar-lhe uma nova vida, uma nova oportunidade de prolongar sua permanência perante ao meio urbano, é permitir que seja vista, lembrada e conseqüentemente respeitada, é poder lhe oferecer o reconhecimento pelo que representou e ainda representa em toda sua existência, onde muitas vezes somente através da intervenção e a adaptação é possível oferecer tamanha gratificação.

Desse modo, percebemos que necessariamente o termo preservar deve ser aplicado com toda a amplitude de seu significado. É dever de patriotismo preservar os recursos materiais e as condições ambientais em sua integridade, sendo exigidos métodos de intervenção capazes de respeitar o elenco de elementos componentes do Patrimônio Cultural (LEMOS, 1981, p.26).

Conforme Vaz (2009), os monumentos arquitetônicos tem além da missão de transpassar a história e conhecimento, a incumbência de passar sensibilidade e a admiração pelo passado ainda presente, para as futuras gerações, denominando como o modo de preservar a memória e salvaguardar o passado, devido seu valor

civilizacional, documental, histórico ou artístico.

No entanto, o que se tem notado com o envelhecimento das cidades é que, cada vez mais, o olhar preservacionista deve ser aplicado, seja pelos que preservam os testemunhos do passado seja pelos que constroem o presente e planejam o futuro. Cada imóvel, cada canto de cidade, seja ele recente ou antigo, deve ser visto sob um olhar preservacionista, seja para manter, seja para eliminar, seja para modificar ou para introduzir o novo em qualquer contexto. A tarefa de preservar o passado, construir o presente e planejar o futuro, tecendo o fio da história, coloca os planejadores e executores das cidades na condição de missionários (BRAGA, 2003, p.14).

Vaz (2009) afirma que, atualmente, conservar um edifício é estar dando ênfase a sua característica especial na arquitetura, no fator documental e sentimental, mas além disso é dar valor a um tempo histórico marcante, é manter o passado no presente e principalmente preservá-lo para o futuro.

Conclui-se que *o antigo* e *o novo* podem ter lugar no patrimônio e nele conviver de forma harmoniosa. Esteticamente, a obra final não tenderá a ser pior por isso. Certamente que dará mais trabalho compatibilizar passado e presente, em prol de um e de outro, mas cuja recompensa será um futuro mais rico e seguramente mais autêntico (VAZ, 2009, p.149).

As ações preservacionistas devem sim ser estudadas, projetadas e executadas, para que haja a valorização necessária e apropriada das edificações históricas assim como suas longevidades perante o tempo e espaço. Zelar pelo que representa a identidade de um povo e sua história é zelar por todas as vidas, passadas, atuais e futuras, garantindo o prolongamento da cultura, do respeito e conhecimento.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paula Aparecida Santini. **Unidade da Pinacoteca de São Paulo de Botucatu**. Presidente Prudente: Trabalho Final de Graduação, UNESP, 2012. Disponível em: <https://alsafi.ead.unesp.br/bitstream/handle/11449/11799_9/almeida_pas_tcc_prud.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 01 mai. 2018.

BONDUKI, Nabil. **Intervenções urbanas na recuperação de centros históricos**. Brasília: IPHAN/Programa Monumenta, 2010.

BRAGA, Márcia. (org.). **Conservação e restauro: arquitetura**. Rio de Janeiro: Rio, 2003. 1-128 p.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2001. 282 p.

FERRAZ, João Grinspum. **Museu do Pão: caminho dos moinhos**. Porto Alegre: Associação dos Amigos dos Moinhos do Vale do Taquari, 2012. 2. ed. 95 p.

FLORES, Anelis Rolão; MARQUES, Andresa Pinheiro. Intervenção em pré-existência: estudo de caso do SESC Fábrica da Pompéia. Santa Maria: **Disciplinarum Scientia**. Série: Artes, Letras e Comunicação, S. Maria, 2013. v. 14, n. 1, p. 7-16. Disponível em: <<https://www.periodicos.unifra.br/index.php/disciplinarumALC/article/view/817>> Acesso em: 01 mai. 2018

LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1981. 111 p.

LYRA Cyro Corrêa. A importância do uso na preservação da obra de arquitetura. Rio de Janeiro: **Revista do Programa de Pós-graduação em Artes Visuais**, UFRJ, 2006 v.1, p. 53-57. Disponível em: <http://www.ppgav.eba.ufrj.br/wp-content/uploads/2012/01/ae13_cyro_lyra.pdf>. Acesso em: 04 out. 2017.

VAZ, Raquel Maria Filipe Álvares Guedes. **Património: Intervir ou interferir?** Coimbra: Dissertação de mestrado - Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade, 2009. 155 p. Disponível em: <https://estudogerasib.uc.pt/jspui/bitstream/10316/12523/1/disserta%C3%A7%C3%A3o_final.pdf>. Acesso em: 04 out. 2017.

SOBRE AS ORGANIZADORAS

Denise Pereira - Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, Especialista em História, Arte e Cultura, Bacharel em História, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Cursando Pós-Graduação Tecnologias Educacionais, Gestão da Comunicação e do Conhecimento. Atualmente Professora/Tutora Ensino a Distância da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e professora nas Faculdade Integradas dos Campos Gerais (CESCAGE) e Coordenadora de Pós-Graduação

Elizabeth Johansen - Licenciada em História, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, especialista em História e Região, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, mestre em História, pela Universidade Federal do Paraná e doutora em Geografia, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Professora adjunta do Departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aracaju 8, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 381

Arquitetura 5, 120, 121, 122, 123, 125, 126, 129, 130, 131, 134, 135, 253, 369, 370, 371, 372

Arte 5, 7, 58, 59, 72, 73, 77, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 117, 118, 119, 120, 169, 178, 216, 241, 252, 396, 398

C

Capuchinhos 97, 100, 102

Centro cultural castrolanda 7, 132, 135

Colégio imaculada conceição 6, 89, 93

Cultura 1, 10, 12, 13, 14, 18, 25, 26, 42, 43, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 55, 56, 57, 58, 60, 65, 72, 73, 75, 76, 77, 78, 80, 82, 83, 84, 87, 94, 102, 107, 110, 114, 117, 118, 120, 121, 123, 124, 128, 129, 130, 134, 136, 149, 150, 151, 152, 155, 156, 178, 184, 186, 200, 215, 217, 230, 231, 263, 265, 320, 321, 323, 324, 327, 332, 333, 358, 361, 368, 375, 380, 386, 396, 397, 398, 399, 401

D

Discurso 10, 13, 14, 30, 39, 40, 59, 98, 100, 106, 115, 137, 141, 170, 175, 180, 181, 185, 189, 190, 191, 192, 197, 198, 232, 255, 258, 284, 327, 328, 329, 330, 335, 338, 339, 343, 345, 346, 386, 388, 389

Documento 31, 69, 96, 138, 140, 157, 158, 159, 160, 161, 168, 169, 172, 176, 187, 190, 192, 293, 297, 300, 344, 358, 369

E

Educação 1, 8, 9, 11, 12, 14, 48, 49, 51, 54, 56, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 99, 100, 106, 107, 108, 132, 134, 137, 151, 153, 200, 203, 228, 279, 281, 307, 312, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 335, 343, 345, 358, 364, 368, 386, 393, 399, 401, 402

Ensino de história 50, 51, 55, 401, 402

Escravidão 2, 4, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 35, 36, 51, 221, 223, 226, 227, 327, 382

Estudos organizacionais 1, 2, 3, 6, 11

Eurocentrismo 1, 2, 5, 12

F

Feira de santana 8, 211

Filosofia-teológica 97

Fotografias médicas 157

Foucault 5, 175, 178, 180, 181, 185, 186, 187, 189, 194, 198, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 335

Fronteiras 2, 10, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 33, 36, 58, 94, 108, 109, 110,

116, 117, 118, 120, 197, 221, 254, 255, 256, 257, 259, 270, 278, 321

G

Giro decolonial 5

H

História 1, 3, 4, 15, 16, 19, 20, 24, 25, 26, 27, 28, 35, 37, 38, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 65, 67, 68, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 96, 97, 98, 102, 103, 104, 106, 107, 108, 110, 118, 120, 121, 124, 125, 126, 129, 130, 132, 134, 135, 138, 142, 143, 144, 145, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 160, 168, 171, 175, 176, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 185, 186, 187, 190, 197, 198, 201, 203, 206, 210, 211, 221, 226, 227, 229, 230, 233, 237, 239, 241, 243, 244, 245, 246, 252, 253, 254, 263, 265, 267, 274, 280, 286, 289, 291, 306, 307, 313, 317, 320, 321, 324, 326, 328, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 342, 345, 346, 347, 348, 349, 352, 363, 374, 375, 381, 382, 383, 384, 393, 394, 395, 397, 398, 399, 400, 401, 402

História da violência 180, 181, 198, 335

I

Infanticídio 7, 170, 171, 174, 175, 176, 177, 178, 183, 191, 322, 324

Intertextualidade 15, 167

Intervenção 3, 32, 120, 122, 124, 126, 128, 129, 130, 262, 267, 269, 297

L

Literatura 5, 6, 13, 14, 15, 16, 21, 55, 58, 72, 77, 81, 82, 115, 231, 238, 320, 338, 395

M

Manuais de ensino 7, 97, 98, 105

Memória 6, 16, 21, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 65, 66, 67, 68, 72, 73, 76, 86, 120, 123, 129, 132, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 143, 144, 145, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 176, 177, 183, 198, 199, 215, 216, 219, 241, 245, 246, 253, 274, 314, 326, 327, 335, 354, 362, 363, 395, 397, 398, 401

Moda 7, 82, 108, 109, 110, 111, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 395

Modernização 8, 99, 125, 201, 211, 213, 215, 216, 217, 288, 293, 297, 298, 307, 312, 316, 381, 387, 391, 392

Montes claros 6, 89, 92

Museologia 5, 132, 138, 143, 145, 153, 155, 156, 157, 397

Museu 7, 10, 128, 130, 132, 135, 136, 137, 138, 139, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 150, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 310, 361, 393, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 402

N

Narrativa 7, 15, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 49, 86, 87, 100, 103, 104, 106, 109,

110, 134, 135, 141, 143, 145, 152, 154, 155, 156, 173, 211, 212, 241, 242, 243, 245, 246, 248, 249, 252, 338

P

Passado 1, 17, 38, 39, 40, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 60, 61, 65, 66, 72, 73, 74, 76, 77, 79, 80, 86, 87, 103, 107, 125, 129, 130, 134, 150, 151, 155, 156, 173, 178, 185, 216, 247, 248, 256, 258, 268, 270, 278, 295, 296, 341, 344, 345, 355, 369, 385, 397

Patrimônio 17, 23, 34, 120, 122, 123, 124, 125, 129, 130, 131, 132, 138, 144, 145, 152, 153, 200, 202, 383, 396, 397, 401

Pensamento 1, 3

Poder 1, 2, 3, 4, 6, 7, 11, 13, 14, 20, 28, 31, 40, 46, 49, 52, 53, 54, 61, 65, 68, 72, 79, 91, 93, 95, 98, 100, 102, 114, 124, 129, 146, 149, 151, 170, 171, 177, 178, 180, 182, 183, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 194, 196, 197, 198, 199, 213, 217, 231, 258, 260, 262, 266, 274, 279, 281, 283, 285, 287, 289, 297, 304, 305, 306, 311, 312, 313, 314, 316, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 339, 347, 349, 350, 351, 357, 359, 361, 362, 363, 371, 373, 381, 386, 387, 399

R

Relações familiares 219, 224, 226, 257

Relações sociais 25, 27, 35, 75, 99, 177, 213, 217, 350

Riqueza 8, 7, 25, 59, 163, 176, 200, 201, 203, 206, 209, 281, 283, 328, 350

S

Século XIX 9, 203, 349

Sociabilidades 211, 215, 217, 370

Sociedade 2, 3, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 18, 20, 25, 28, 32, 33, 35, 43, 45, 49, 59, 60, 61, 62, 65, 66, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 86, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 102, 106, 110, 115, 121, 125, 132, 138, 156, 167, 171, 172, 174, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 183, 184, 185, 187, 188, 189, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 200, 201, 202, 212, 213, 216, 219, 222, 235, 236, 239, 245, 280, 289, 292, 293, 294, 296, 297, 298, 299, 300, 303, 304, 306, 312, 313, 321, 324, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 344, 346, 347, 349, 350, 353, 363, 366, 367, 370, 371, 377, 378, 383, 392, 393, 397, 399, 400

Sujeitos 7, 9, 11, 47, 48, 50, 51, 52, 54, 55, 59, 156, 170, 171, 175, 177, 180, 183, 185, 186, 187, 188, 197, 212, 214, 226, 229, 256, 257, 291, 302, 306, 312, 313, 321, 322, 339, 350, 351, 397, 401

T

Tráfico de escravos 51, 219, 220, 222, 223, 226

V

Verdade 7, 10, 24, 32, 45, 49, 51, 53, 55, 58, 59, 65, 67, 70, 73, 102, 105, 111, 158, 170, 171, 172, 173, 175, 176, 178, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 189, 190,

191, 192, 193, 195, 196, 197, 198, 241, 244, 245, 252, 258, 298, 315, 327, 328, 332,
333, 335, 339, 371, 377, 388, 391

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-650-8

